

# «A PROPÓSITO DA DEVASTAÇÃO DAS NOSSAS MATAS». AMBIENTALISMO, PRESERVACIONISMO E IBERISMO COMO CRÍTICA À MODERNIDADE EM GILBERTO FREYRE (1923-1937)

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO: O presente artigo visa debater o discurso ambiental e ecológico na obra de Gilberto Freyre nas décadas de 1920, por meio de sua atuação no jornalismo pernambucano, e de 1930, a partir de *Casa-grande & Senzala*, publicado em 1933 e, sobretudo, de *Nordeste*, livro de 1937. O objetivo é investigar o papel que Freyre atribui às questões ambientais, mas articuladas ao conjunto mais amplo de sua obra, que é marcada pela defesa do mundo ibérico e pela crítica à modernidade ocidental. A valorização dos trópicos, a visão poética e empática frente ao mundo dos engenhos nordestinos, bem como a crítica aos modernos usineiros são os elementos centrais do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre; ecologia; preservacionismo; iberismo; Nordeste; Brasil.

«A PROPÒSIT DE LA DEVASTACIÓ DELS NOSTRES BOSCOS». AMBIENTALISME,  
PRESERVACIONISME I IBERISME COM A CRÍTICA A LA MODERNITAT  
EN GILBERTO FREYRE (1923-1937)

RESUM: El present article vol debatre el discurs ambiental i ecològic en l'obra de Gilberto Freyre a les dècades de 1920, a través de la seva actuació en el periodisme de Pernambuco, i de 1930, a partir de *Casa-grande & Senzala*, publicat el 1933, i, sobretot, de *Nordeste*, llibre de 1937. L'objectiu és investigar el paper que Freyre atribueix a les qüestions ambientals, però articulant-les amb el conjunt més ampli de la seva obra, que està marcada per la defensa del món ibèric i per la crítica a la modernitat occidental. La reivindicació dels tròpics, la visió poètica i empàtica envers el món dels ingenis del Nord-est brasiler, així com la crítica als fabricants moderns són els elements centrals de l'article.

PARAULES CLAU: Gilberto Freyre; ecologia; preservacionisme; iberisme; Nord-est; Brasil.

“APROPOS OF THE DEVASTATION OF OUR FORESTS”. ENVIRONMENTALISM,  
PRESERVATIONISM AND IBERISM AS A CRITIQUE OF MODERNITY  
IN GILBERTO FREYRE (1923-1937)

ABSTRACT: This article intends to debate the environmental and ecological discourse on Gilberto Freyre’s work from the 1920s, by means of his work in Pernambuco journalism, and from the 1930s, based on *Casa-grande & Senzala*, published in 1933, and, above all, on the 1937 book *Nordeste*. The goal is to investigate the importance that Freyre gives to environmental questions, but in connection to the broader set of his work, marked by the defense of the Iberian world and the criticism of Western modernity. The valorization of the tropics, the poetic and empathetic vision in regard to the world of northeastern sugar mills, as well as the criticism of modern mill owners are key elements in this article.

KEYWORDS: Gilberto Freyre; ecology; preservationism; Iberism; northeast; Brazil.

## INTRODUÇÃO

Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi um dos mais influentes intelectuais brasileiros do século xx. Sua obra repercutiu no Brasil e no exterior, onde ganhou audiência e reconhecimento, desde a adesão mais entusiasmada até as mais exacerbadas críticas. Embora influente no Brasil e no exterior, passou grande parte de sua vida na sua Recife natal — uma cidade relativamente marginal se comparada com Rio de Janeiro e São Paulo na produção intelectual, universitária e editorial.

Foram mais de 60 anos de ativa vida intelectual. No entanto, as obras que despertaram, ou têm despertado, maior atenção de críticos e estudiosos pertencem à produção dos anos 1930. Em particular, *Casa-grande & Senzala* (1933), mas também *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife* (1934), *Sobrados e mucambos* (1936), *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem* (1937) e *O mundo que o português criou* (1940).

Freyre continuou a escrever depois disso, com destaque para a produção luso-tropical, assunto importante, mas que escapa ao recorte

deste artigo,<sup>1</sup> cujo objetivo limita-se a explorar as questões ecológicas e ambientais que aparecem na obra do primeiro Gilberto Freyre, anterior a Segunda Guerra Mundial, em particular nas décadas de 1920 e 1930.

Nesse período, o autor se consolida como um nome de relevo na intelectualidade brasileira, tornando-se um dos principais pensadores do país. Nem a ecologia e nem o meio ambiente ocupam o centro da obra sociológica e historiográfica de Freyre. No entanto, de maneira incomum à época, ele escreve recorrentemente sobre tais assuntos, em uma operação ausente na produção de outros grandes intérpretes do Brasil, como seus companheiros de geração Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Caio Prado Junior (1907-1990).

Na obra histórico-sociológica de Freyre, os temas de ordem ambiental e ecológica integram o debate intelectual e político, profundamente associado à defesa do regionalismo nordestino e de certa postura tradicionalista e iberista, com importante sensibilidade à ecologia, como se verá adiante.

Como notam seus biógrafos, desde muito jovem — quando ainda era estudante nos Estados Unidos e viajava pela Europa, entre 1917 e 1923 —, Gilberto Freyre já escrevia para o *Diário de Pernambuco*. De volta ao Recife em fins de 1923, após longa viagem por Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e Portugal, Freyre nunca mais deixou de escrever na imprensa (Larreta; Giucci 2007: 65-154), inclusive sobre questões ambientais.

## OS ANOS 1920

O jovem Gilberto Freyre, que havia estudado no Texas e em Nova York entre 1917 e 1922, e viajado pela Europa entre 1922 e 1923, retornou ao Recife com repertório cultural diferente e inovador para os padrões da época. Chama atenção o fato de Freyre ter estado em Nova York, Lon-

<sup>1</sup> Questões relativas a lusotropologia de Gilberto Freyre podem ser vistas em: Schneider (2012) e Schneider (2013).

dres, Paris e Lisboa antes de visitar ou morar no Rio de Janeiro ou São Paulo, algo incomum para um intelectual brasileiro do período.

Freyre dedicou-se a pensar e a refletir sobre a sua província (Pernambuco) e a sua região (Nordeste) cedo. Embora jovem, seu nome já era recorrente no referido jornal. Desde os 18 anos, quando ainda estava nos Estados Unidos, mantinha uma coluna chamada «Da outra América», por meio da qual foi «construindo seu espaço no meio intelectual recifense» (Rezende 1997: 148).

Em 1923, em viagem para Igarassu, no interior de Pernambuco, antiga sede de importantes engenhos, Freyre visitou um velho convento colonial dos franciscanos, em que a impressão, escreveu, era de «deliciosa ruína», que «descansa os olhos da arrogância vertical do cimento armado» (Freyre 1923: 2). A defesa de antigas tradições é comum nos textos jornalísticos de Freyre nos anos 1920, mas também aparece em sua correspondência pessoal. É o que se vê na carta ao escritor paulista Monteiro Lobato, de 4 de abril de 1923, em que trata não apenas da crítica à modernidade burguesa, mas também da singela defesa das árvores nativas de sua região:

Meu caro Monteiro Lobato: Um abraço. Acabo de chegar a Pernambuco onde há cinco anos não punha o pé. Estou a fartar-me de água de coco e caldo de cana — a satisfazer minha ânsia saudosa da *paisagem tropical*. Há de vir-me amanhã ou depois do interior um papagaio e com esta nota viva da natureza pernambucana, estará completa a *local colour* em volta de mim. Cercam-me o quarto, além duma *pequena árvore gorda e grotesca, canas de açúcar, bananeiras, palmeiras adolescentes, com os leques não de todo escancarados*. Isto encanta, meu caro autor de Urupês, após cinco anos de *bungalows*, de *skyscrapers*, de Quinta Avenida e Piccadilly. O que é positivamente um horror é o que há aqui de novo: os novos edifícios, os jardins novos, nus, *sem árvores*, as novas residências, sem caráter, sem gosto e tão escancaradas à vista do público que nem o ar de residências possuem (Larreta; Giucci 2007: 220) [grifos meus].

A carta ao escritor paulista deixa entrever alguns dos traços mais significativos da futura obra de Freyre: um olhar empático para o passa-

do colonial, incluindo sua paisagem natural, de «árvore gorda e grotesca, canas de açúcar, bananeiras, palmeiras...».

Naquele mesmo ano de 1923, em *Jardins para os trópicos*, Freyre volta a defender a valorização das árvores tropicais nas cidades quentes do Nordeste do Brasil, em incisiva crítica à imitação do Norte da Europa pelos novos-ricos, interessados em aparentar modernidade e atualidade:

Sob o nosso sol e nesta nossa natureza meio selvagem ainda, jardins como os suíços; ou como os franceses do Loire; ou como os ingleses de Holland House — estilizados, os tufos aparados em cubos, os canteiros em dura simetria, a relva quase sem fim — assumem um ar melancólico e ao mesmo tempo ridículo. E não se compreende que em vez de tirarmos partido de valôres naturais; da *meia selvageria* que é a delícia da nossa natureza — procuremos eliminar aquêles valôres e disfarçar essa *meia selvageria*, para fingir, nos jardins, a Suíça e o Loire. É como se fantasiássemos de branca, uma beldade negra; ou de loura, uma linda cabocla. Os mesmos efeitos de ridículo (Freyre 1964: 4) [grifos meus].

Quando Freyre menciona a «meia selvageria» faz alusão ao que não é moderno, nem geométrico, mas seria «espontâneo», «natural», romântico, por assim dizer. E o mesmo autor que criticava a imitação de jardins franceses ou ingleses defenderá, no entanto, a imitação dos jardins portugueses:

Jardins mais lindos que os portugueses, os de Lisboa, de Sintra, de Benfca, de Coimbra — não vi em parte alguma; jardim como o São Pedro de Alcantara duvido que exista fora de Lisboa. [...] o verdadeiro encanto dos jardins portugueses; seu lirismo; quase que se pode dizer sua beleza. Beleza que está exatamente no *meio-selvagem* das plantas, dos tufos, das flôres, tôdas tão à vontade como se não estivessem num jardim. Exatamente o oposto do rígido geometrismo dos jardins suíços e franceses que obrigam as flôres e plantas a atitudes de soldados em dia de parada. *A tradição portuguesa é sem dúvida a que devia estar sendo aqui desenvolvida, e não a francesa ou a inglesa, dos arrelvados* (Freyre 1964: 6-7) [grifos meus].

As árvores foram objeto de interesse do Centro Regionalista do Nordeste, criado em 1924 e do qual o jovem Gilberto Freyre foi um dos líderes. A manutenção dos nomes das antigas ruas coloniais — como Rua do Bode, da Cruz, dos Judeus, do Comércio —, assim como a conservação «das árvores tradicionais, da arborização das ruas e praças, a defesa da doçaria tradicional, dos móveis de jacarandá, da conservação dos jogos e brinquedos tradicionais» constituem itens da plataforma do Centro (Oliveira 2011: 133). Em novembro daquele 1924, a entidade promoveu a «Semana da Árvore», com concursos de fotografias, poesia e desenho sobre árvores típicas do Nordeste, além de conferências.

Freyre estava interessado no tema, a ponto de publicar vários textos no jornal em apaixonada defesa das árvores regionais e tropicais. Realizou, inclusive, «um retrospecto da administração pública do Recife em relação ao problema, condenando o desmatamento do Brasil» (Azevedo 1984: 146). Em 11 de novembro de 1924, no Colégio Salesiano do Recife, proferiu longa palestra intitulada «O Recife e as Árvores», publicada no *Diário de Pernambuco* dois dias depois. No texto, o autor elogia a vizinha Olinda:

Seria oportuna a restauração da quinta de Olinda, já que no Recife parece tão difícil dedicar alguns hectares a um bosque que reunisse os valores decorativos da nossa flora e de toda a flora tropical, como essas árvores hindús e africanas parentas das nossas; e servisse de grande pulmão à cidade. Uma cidade tropical sem um grande parque — compreende-se absurdo maior? (Freyre 1924: 4).

Ao mencionar «árvores hindús e africanas parentas das nossas», Freyre faz alusão à globalização de plantas, animais e vírus que a colonização moderna implicou. Como se sabe, a colonização portuguesa introduziu plantas orientais e africanas, tropicais, adaptáveis ao Nordeste do Brasil. Era esse o mundo, o luso-tropical, que Freyre queria preservar ante a onda modernizadora que o país e as cidades brasileiras passavam.

A cidade do Recife passava por um processo de transformações que abrangia desde o saneamento até o alargamento de ruas, com a moder-

nização do porto e do centro da cidade, o que implicou em desapropriações, demolições, bem como a construção de novas avenidas.<sup>2</sup> O jovem Freyre, ainda na casa dos 20 anos, foi um mordaz crítico do empenho modernizante dos anos 1920, colocando-se em clara defesa da preservação da paisagem da cidade, com suas ruas estreitas, seus casarios coloniais, suas antigas igrejas, suas árvores tropicais. Freyre posicionava-se contra o que a pesquisadora Lucia Lippi de Oliveira (2011: 121) identificou como «um cosmopolitismo barato, contra a estética do progresso que produz um arremedo, uma caricatura marcada pelo mau gosto».

Para Freyre (1924: 4), «o que se verifica entre nós é que vivemos em arquitectura e arborisação e urbanismo a plagiar cartões postaes do Rio e suíços». O objetivo do intelectual era de defender uma arborização urbana de matriz tropical: «Abandone o Recife a mania dos geométricos canteiros francezes ou inglezes com a superfície lisa dos extensos gramados», paisagem que ele considerava inadequada ao «sol requieimante» dos trópicos (Freyre 1924: 4).

Na defesa da cidade que lhe parecia «autêntica», Freyre recorria, paradoxalmente, aos «bons exemplos» da ocupação holandesa de Pernambuco, no século XVII, quando o nobre alemão Mauricio de Nassau (1604-1679), a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, mandou arborizar a cidade do Recife.

O parque mandado fazer por Mauricio na ponta norte da ilha [de Antônio Vaz] era verdadeiramente um parque: pela extensão e pelo arvoredo. O único parque às direitas que ainda teve o Recife. Compreendeu Mauricio que era preciso dar um pulmão à nova cidade: e deu-lhe aquella fartura de arvoredo salpicado de fontes d'agua doce. [...] o príncipe fez trans-

<sup>2</sup> Nas primeiras décadas do século xx, as cidades coloniais estavam sob ataque pois passavam por processos de acelerada modernização. A Avenida Paulista, em São Paulo, foi inaugurada em 1891. Nas décadas seguintes, a cidade paulista foi inteiramente remodelada. Belo Horizonte, em Minas Gerais, foi construída em fins do século xix e inaugurada em dezembro de 1897. As reformas urbanas do Rio de Janeiro, sob a liderança do prefeito Pereira Passos, começaram em 1903. A cidade do Recife também passava por mudança semelhante.

plantar para a ilha de Antonio Vaz 700 coqueiros já crescidos, 250 laranjeiras, 58 limoeiros, 80 limeiras, 60 figueiras, e um bananal. Isto para não falar nas arvores indígenas [...] (Freyre 1924: 4).

Em *O Recife e as Árvores*, texto de 1924 — portanto muito antes de *Casa-grande & Senzala* (1933) e *Nordeste* (1937) —, Freyre já relaciona a «indústria da canna» à devastação da floresta tropical: «Talvez em nenhum paiz se tenha em tão baixa conta o problema das reservas florestaes como no Brasil [...] E as reservas florestaes no Brasil, sobretudo no Nordeste, se vão reduzindo à melancholia das últimas joias de família» (1924: 4).

Não era apenas florestas e árvores que o jovem Freyre, de meados dos anos 1920, queria preservar. Fazia parte do combo conservacionista a defesa das ruas antigas, em contraponto às avenidas largas que proliferavam ao redor do mundo. Defendia não apenas as árvores nativas ou tropicais, desde há muito aclimatadas aos trópicos, nativas ou trazidas do Oriente pelos colonizadores portugueses — como palmeiras, tamarindos, mangueiras, cajueiros, bananeiras, jaqueiras e gameleiras —, mas também a arquitetura e a culinária regional.

A defesa da ecologia tropical, tema que Freyre aprofundaria nos anos 1930, faz parte de um projeto já muito consciente de valorização da tradição luso-brasileira, de matriz colonial e ibérica. Tratava-se de uma resposta aos ventos modernizadores (e mesmo modernistas) que sopravam do Rio e de São Paulo.

*O Livro do Nordeste* — obra coletiva, publicada em 1925, destinada a comemorar o centenário do *Diário de Pernambuco* —, faz parte desse movimento de valorização das tradições locais. Freyre definiu a obra como um «[...] esforço de estimativa em torno de alguns dos valores mais característicos da região; pequeno inquérito às tendências da vida nordestina» (Freyre 1979: 3).

No livro, é possível identificar um jovem intelectual em plena defesa das tradições pernambucanas e regionais, em que algumas ideias, que mais tarde exploraria em *Casa-grande*, já eram esboçadas, incluindo a tese de que a escravidão «ibérica» praticada no Brasil era «maome-

tana», poligâmica e «familiar». Segundo Freyre, em função desse costume «árabe», muitos filhos ilegítimos foram educados junto com os legítimos.

«Daí a forma de escravidão que os portugueses adotaram no Oriente e no Brasil ter se desenvolvido mais à maneira árabe que à maneira europeia; e haver incluído, a seu modo, a própria poligamia, a fim de aumentar-se, por esse meio maometano, a população...», afirma em *Livro do Nordeste*, cuja primeira edição é 1925 (Freyre 1979: 180).

O Centro Regionalista do Nordeste, fundado em 1924 — instituição coletiva em que Gilberto Freyre assumiu notável ascendência sobre o grupo —, realizou o 1º Congresso Regionalista do Nordeste, em fevereiro de 1926, no Recife. Participaram intelectuais, escritores, políticos, jornalistas, professores, médicos, historiadores, etc. Observemos o programa de atuação política e cultural formulado no evento:

#### I. Problemas economicos e sociaes

1. Unificação economica do Nordeste. Acção dos poderes publicos e dos particulares.
2. Defesa da população rural. Habitação, instrucção, economia domestica
3. O problema rodoviario do Nordeste. Aspecto turistico, valorização das bellezas naturaes da região.
4. *O problema florestal. Legislação e meios educativos.*
5. Tradições da cosinha nordestina. Aspecto economico, higienico esthetico.

#### II. Vida artistica e intellectual

1. Unificação da vida cultural nordestina. Organização universitaria. Ensino artistico. Meios de collaboraçã intellectual e artistica. Escola primaria e secundaria.
2. Defesa da physionomia architectonica do Nordeste. Urbanização das capitaes. Planos para as pequenas cidades do interior. Villas proletarias. *Parques e jardins nordestinos.*
3. Defesa do patrimonio artistico e dos monumentos historicos.
4. Reconstituição de festas e jogos tradicionaes (1º Congresso 1926: 1) [grifos meus].

Não é objetivo desse artigo realizar uma análise sistemática do regionalismo nordestino, como fez Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999) em *A invenção do Nordeste e outras artes*, mas chamar a atenção para a presença da ecologia na atuação intelectual de Gilberto Freyre. Como se pode deduzir do programa do Congresso, Freyre e os regionalistas pernambucanos pretendiam conservar antigos modos de viver, de comer, de morar, atentos à dimensão destrutiva da modernização, em defesa da conservação da paisagem natural e construída, material e imaterial, da arquitetura colonial à cultura popular, do meio ambiente tropical à identidade regional.

O movimento regionalista tomou para si a missão de mostrar ao Brasil um Nordeste desconhecido no sul do país. Sem propriamente negar o «atraso», Freyre apresenta a região como portadora da mais profunda brasilidade, da autenticidade, de ares aristocráticos, destinada a resistir aos efeitos de homogeneização que a urbanização e a industrialização trariam: «[o movimento regionalista] não é necrófilo. Não tem a superstição do passado. Ama, porém, nas velhas coisas, a sugestão de brasilidade, o traço, a linha de beleza a ser continuada pelo Brasil» (Freyre 1926: 3).

O pensamento de Freyre dos anos 1920 era também um modo de dar vazão à sensação de decadência experimentada pela velha elite pernambucana, de onde ele mesmo saía, embora já nascesse sem-engenho, nem herança.

Gilberto de Mello Freyre, também era Cavalcanti, Albuquerque e Wanderley de velhas estirpes pernambucanas, por consanguinidade ou colateralidades ancestrais. Sua avó vendera o engenho Jundiá, passando para outro menor, depois deslocando-se para o Recife, por dificuldades financeiras (Chacon 1993: 29).

Recife, no período colonial e no século XIX, sempre fora uma das mais importantes cidades da colônia ou do Império. No início do século XX, a cidade perdia importância econômica em relação ao Rio de Janeiro e São Paulo, polos da vida econômica e cultural brasileira em franco processo de modernização.

A valorização de sua província, entretanto, não faz de Gilberto Freyre necessariamente um provinciano. O iberismo — no sentido de defender a positividade da herança ibérica — não faz dele apenas um conservador. Seu regionalismo é ao mesmo tempo tradicionalista e moderno. De um lado faz uma defesa do valor do passado ante a dissolução da modernidade, mas o faz com ferramentas modernas.<sup>3</sup>

Maria Lúcia Pallares-Burke (2005) observa que o jovem pernambucano fez amplo uso dos grandes ensaístas de língua inglesa como Lafcadio Hearn (1850-1904), George Santayana (1863-1952), William Butler Yeats (1865-1939) e Walter Pater (1839-1894). Tais autores teriam marcado a reflexão de Freyre, sensível ao cotidiano, ao subjetivo, ao erótico, à casa, aceitando o ensaio como um gênero respeitável. Sensível inclusive à devastação ambiental. Aliás, o que difere o tradicionalismo de Gilberto Freyre do convencionalismo conservador é justamente a valorização do regional, das tradições populares e mestiças, do cotidiano e da ecologia.

Freyre não propunha uma natureza intacta, ao contrário, defendia uma antiga conciliação entre colonização — leia-se a derrubada da mata tropical para plantar cana-de-açúcar em grandes latifúndios, com mão-de-obra escravizada — e a manutenção de certa quantidade de matas, como, aliás, era política na Coroa. Em *A propósito da devastação de nossas matas*, artigo de 1925, afirmava:

A devastação das matas fêz-se entre nós, neste último século de Independência, Democracia e Direitos do Homem, com uma cerimonia espantosa.

[...] durante a era colonial os avisos régios mandando os governadores «vigiar sôbre as matas», punir os devastadores, punir os incendiários, rei-

<sup>3</sup> Gilberto Freyre assume uma perspectiva claramente interdisciplinar ao articular a História, a Geografia, a Ecologia e a Sociologia. Emprega como fonte de pesquisa a literatura, as artes plásticas, os documentos da vida privada e relatos orais. Não se limitava ao «rigor objetivo» e estatístico. Sua linguagem é modernista, pois marcada por uma dupla recusa: por um lado, nega o cientificismo positivista; por outro, afasta-se da retórica pomposa, bacharelesca ou «parnasiana».

vindicar para a Coroa matas de particulares «dando-lhes em compensação datas de terras devolutas».

O século da Independência não manteve neste ponto a tradição dos séculos coloniais... (Freyre 1964: 46-77).

Freyre parece relacionar, corretamente, a ampliação do desmatamento ao enraizamento do capitalismo e da modernidade, ou seja, do liberalismo a partir do século XIX — na linguagem de Freyre, «o século de Independência», da «Democracia e Direitos do Homem».

Incomodava ao jovem Freyre a ideia de um Nordeste «atrasado» e fadado ao desaparecimento ante os efeitos da modernização «burguesa». A percepção em relação ao passado, ainda que crítica, foi profundamente marcada por um olhar positivo frente ao legado ibérico e ao passado colonial, de modo que o Nordeste do Brasil não é percebido como decadente, mas portador de ricas tradições, embora ameaçado pela modernização imposta pelos efeitos econômicos, culturais e políticos que o Ocidente moderno imporia, levando à destruição de «antigas harmonias».

A defesa do passado e a crítica ao mundo moderno é, em grande parte, tributária da leitura de autores ibéricos como Miguel de Unamuno (1864-1936), Ortega y Gasset (1883-1955), Pio Baroja (1872-1956), Antonio Sardiña (1887-1925) e Fidelino de Figueiredo (1888-1967). Autores que, de uma ou outra maneira, tematizaram a questão das relações, das tensões e dos ressentimentos entre a Península Ibérica e a Europa Moderna.<sup>4</sup>

A postura regionalista de Freyre conecta-se à defesa de um certo Brasil, o mais antigo e o mais ibérico, que considerava o mais profundo e o mais criador, ameaçado de descaracterização em função da moder-

<sup>4</sup> No caso da Espanha, a derrota para os Estados Unidos na guerra de Cuba aguçou o debate e levou intelectuais espanhóis e hispano-americanos a debaterem a decadência ibérica, tema caro à chamada «Geração de 1898». Em Portugal, o tema da decadência tem largas implicações, que não cabe aqui analisar, mas convém destacar que esse sentimento foi potencializado pelo Ultimato Britânico, em 1890, quando a Inglaterra impôs severos limites às pretensões territoriais portuguesas na África.

nização burguesa. Em carta a Fidelino de Figueiredo, datada de 25 de abril de 1931, Freyre — que estava na Universidade de Stanford, na Califórnia — sugere o impacto intelectual e emocional da leitura do granadino Ángel Ganivet, seu iberista preferido.

Não morro de amores pelo Unamuno mas Ganivet é um dos meus grandes, um dos meus profundos entusiasmos, e há seis ou sete anos, quando ainda escrevia na minha areia de praia provinciana, escrevi umas notas sobre essa grande alma de espanhol. Eu andava então todo interessado em animar na minha gente um espírito local, regionalista, um provincianismo criador, sem prejuízo do sentimento mais largo, brasileiro, e até hispânico, e quando descobri Ganivet por mim mesmo, pois nunca vira referência nenhuma a ele em português, foi uma alegria enorme. [...]. No exílio meu ganivetismo ainda mais se aguçou (Dimas 2011: 144).

Os biógrafos de Gilberto Freyre, Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci, confirmam a paixão intelectual do pernambucano pelo andaluz ao afirmarem que Freyre possuía quase toda obra de Ganivet. Faltava-lhe apenas *Granada la Bella* e a correspondência de Ganivet com Unamuno. Mas tinha, entre outros livros, o *Idearium Español*, as *Cartas Finlandesas*, o *Epistolário* e *El escultor de sua alma* (Larreta; Giucci 2007: 398).

Freyre chegou a solicitar ao amigo Fidelino uma referência de livros recentes sobre Ganivet: «é um dos meus grandes cultos. Seu suicídio é talvez o único que já me fez pensar na possibilidade (muita remota) do suicídio [...]» (Carta de Gilberto Freyre a Fidelino de Figueiredo, 25/4/1931) (Apud Larreta; Giucci 2007).

Ganivet insistia que as culturas e os povos ibéricos não eram decadentes frente a Europa do Norte, mas tão somente diversos, pois marcados por toda uma história de mestiçagens com povos mediterrânicos e orientais. Ganivet (1898: 108) notava que «[...] la conservación de nuestra supremacía ideal sobre los pueblos que por nosotros nacieron a la vida es algo más noble y trascendental que la construcción de una red de ferrocarriles».

Pablo González-Velasco (2021), em *Gilberto Freyre y España: la constante iberista en su vida y obra*, demonstra que o intelectual pernambucano buscou em Ganivet a ideia de uma Ibéria indelevelmente mestiça, marcada pela cultura moura, com tudo que vai nela:

[...] influencias andalusíes en el sustrato cultural ibérico, incluyendo su catolicismo [...], variadas expresiones sociológicas, presentes en el patriarcalismo, la poliginia, la mixofilia, la hipersexualización de la morenidad, el ecumenismo, la interpenetración de culturas, el misticismo franciscano y las visiones del Paraíso, entre otros (2021: 28).

A interpretação aristocrática de Ganivet, um forte crítico da modernização que ele julgava mecânica e postiça, contrária à espontaneidade e à criatividade ibéricas, e que a inferiorizava os povos peninsulares e seus descendentes do Novo Mundo, exerceu poderoso impacto sobre Freyre. É o que demonstra Élide Rugai Bastos, em *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno* (2003).

A crítica aos valores modernos e ocidentais conduziu Freyre a uma interpretação conservacionista ou preservacionista tanto da arquitetura colonial como da paisagem rural nordestina, assim como dos traçados urbanos não geométricos das velhas cidades coloniais ou da flora brasileira e tropicais nas ruas e nos jardins. Para Bastos, o jovem Freyre assumia com

[...] audácias de remar, por vezes, contra a maré [], em prol do encanto não só das velhas árvores como dos velhos portões recifenses de ferro rendilhado, de velhas varandas de sobrados coloniais do Nordeste, como sugestões para arquitetos com imaginação capaz de os adaptar a novos modelos de edifícios regionais; [...] o clamor a favor do rio Capibaribe e de sua valorização pelo Recife (Bastos 2006: 26).

Já nos textos dos anos 1920 é nítida a defesa dos trópicos e da tradição ibérica, traços mais intensos no Nordeste do que no Rio ou em São

Paulo, em claro processo de modernização. Freyre viria a considerar, nos anos 1930, o Nordeste como o «mais brasileiro» dos Brasis, pois fundado na mestiçagem e na tropicalidade, sem deixar de ser profundamente ibérico (Schneider 2020).

Essa é uma leitura que lembra Ganivet, que considerava a sua Andaluzia o lugar em que o conquistador cristão e o conquistado mudéjar teriam se fundido nos modos de vida, manifestos no individualismo, no espírito regionalista, no personalismo anárquico e na tradição católica popular (González-Velasco 2021: 320).

Para Freyre, a colonização ibérica, antiga, pré-burguesa e cristocêntrica, mais nítida no Nordeste que no centro-sul do Brasil, teria produzido uma cultura original, «mais brasileira», adaptada aos trópicos, cuja paisagem urbana, rural e selvícola deveria sobreviver aos impulsos da agricultura tecnificada, dita moderna, como se verá adiante.

## OS ANOS 1930

Gilberto Freyre ocupou o importante cargo de chefe de gabinete do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, entre 1927 e 1930. Mas não deixou de colaborar na imprensa. Em 1928, passou a dirigir o jornal *A Província*, no qual instituiu mudanças alinhadas com práticas jornalísticas consideradas mais modernas, como o uso de linguagem mais simples e ágil.

Freyre escrevia no referido jornal sob pseudônimos. Um deles é Raul dos Passos, que se intitulava «amigo das árvores» e escrevia sobre o assunto. É preciso observar que, naquele momento, as preocupações com a natureza vinham, sobretudo, de pensadores tradicionalistas como os franceses Maurice Barrès (1862-1923) e Charles Maurras (1868-1952), de algum modo herdeiros da tradição romântica. Aliás, a árvore é o símbolo da filosofia vitalista de Barrès, que propunha uma metafísica da reconciliação com a natureza (Larreta; Giucci 2007: 334).

Com a Revolução de 1930, o governador de Pernambuco foi deposto e fugiu às pressas para Portugal — e Gilberto Freyre o acompanhou

para Lisboa, mas, já em 1931, conseguiu o importante cargo de professor temporário para o curso de História do Brasil na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. É, portanto, no exílio que nascem as reflexões que culminariam em *Casa-grande & Senzala*, publicado no Rio de Janeiro em 1933. Até hoje é considerado por muitos estudiosos o mais importante livro de Gilberto Freyre, obra que o tornou, quase que imediatamente, um intelectual de repercussão nacional (Giucci 2000) e, pouco mais tarde, internacional (Venancio; Furtado 2020).<sup>5</sup>

Gilberto Freyre se tornaria célebre por romper, em linhas gerais, com o racismo científico e determinista, em benefício do conceito de cultura, à maneira de Franz Boas, como afirmava.<sup>6</sup> Essa operação abriu condições para, de alguma forma, positivar a vasta mestiçagem experimentada no Brasil desde os tempos coloniais. Afinal, a presença negra, mas também a própria herança portuguesa ou ibérica, católica, eram consideradas fontes do «atraso» nacional, em comparação com os Estados Unidos.

Não menos importante foi a ruptura com o determinismo climático, geográfico e ambiental, segundo os quais as sociedades localizadas em climas temperados seriam mais eficientes e racionais economicamente, ao passo que os povos tropicais tenderiam à indolência e ao «atraso». Desde a década de 1920, mas com mais intensidade nos anos 1930, em livros como *Casa-grande & Senzala* (1937) e *Nordeste* (1937), o autor colocou-se na defesa da vitalidade da «paisagem tropical».

<sup>5</sup> Foi publicada em 1942, em Buenos Aires, pelo Ministério de Instrução Pública, a primeira tradução em língua estrangeira de *Casa-grande & Senzala*. Em 1943, também em Buenos Aires, saiu a segunda edição em castelhano, pela importante Emecé. Em 1946, a Editora Knopf, de Nova York, editou a primeira tradução em língua inglesa da obra. Em 1947, veio a lume a edição britânica, em Londres, também pela Knopf. Em 1953 foi publicada a edição em francês, em Paris, pela Gallimard. Em 1956, nova edição em inglês (Nova York / Londres, mais uma vez pela Knopf). Em 1957, *Casa-grande* é editado em Lisboa, pela Livros do Brasil. Depois disso surgiriam outras edições, em idiomas diversos, como alemão e italiano.

<sup>6</sup> Gilberto Freyre gostava de apresentar-se, a partir dos anos 1930, como discípulo de Franz Boas. A ruptura é menos visceral do que o próprio Freyre gostava de alardear (Pallares-Burke 2005; Araújo 1994).

Não é possível e nem é o objetivo desse artigo tratar da complexidade de *Casa-grande & Senzala*, mas é importante insistir que o tema da aclimação dos portugueses aos trópicos é um dos elementos centrais do livro. Para Freyre, os ibéricos em geral e os portugueses, em particular, seriam europeus marcados pela presença árabe, berbere e africana, o que faria dos colonizadores portugueses predispostos

[...] ao contato vitorioso com os trópicos: seu deslocamento para as regiões quentes da América não trariam as graves perturbações da adaptação nem as profundas dificuldades de aclimação experimentadas pelos colonizadores vindos de países de clima frio [...] (Freyre 2006: 72).

Convém lembrar que a tese da bicontinentalidade dos colonizadores ibéricos já aparecia em *Idearium Español* (1898), de Angel Ganivet, autor que Freyre admirava, como vimos. Os ibéricos, já mestiços, haveriam de se tornar ainda mais mestiços no Brasil: «Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo a sombra, ou ao menos a pinta, do negro» (Freyre 2006: 367). Os trópicos não são apresentados apenas como cenários pitorescos, mas produzem um efeito direto no corpo e na cultura. A natureza, portanto, é apresentada como uma variável importante na constituição dos comportamentos e dos hábitos.

Freyre não elogia os trópicos em si mesmos. Seu elogio recaía sobre a suposta e excepcional capacidade dos portugueses em dominá-los, pois teriam sabido transigir com uma realidade inóspita, adaptando-se a ela. As matas tropicais, afirma, eram tomadas por «grandes excessos e grandes deficiências». O solo — excetuadas certas «manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade» — não seria adequado para a agricultura: «Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida da família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes [...]» (Freyre 2006: 76). Os trópicos teriam imposto dificuldades que os colonos ingleses não tiveram na América do Norte, o que reforça o elogio implícito ao esforço dos portugueses nessas áreas:

Nos homens e nas sementes que ele planta, nas casas que edifica, nos animais que cria para seu uso ou subsistência, nos arquivos e bibliotecas que organiza para sua cultura intelectual [...] em tudo se metem larvas, vermes, insetos, roendo, esfuracando, corrompendo. Semente, fruta, madeira, papel, carne, músculos, vasos linfáticos, intestinos, o branco do olho, os dedos dos pés, tudo fica à mercê de inimigos terríveis (Freyre 2006: 117).

Em *Casa-grande*, Freyre já criticava a monocultura açucareira, assunto que retomaria em *Nordeste*, livro de 1937, a obra em que a ecologia aparecerá de modo central, como se verá adiante. A crítica à monocultura canavieira e à derrubada das matas são processos intimamente relacionados, com profundas consequências ambientais, seja na flora, na fauna ou nos rios e na própria paisagem humana, pois a implantação dos engenhos de açúcar, no período colonial, foi o motor da destruição das populações indígenas e o responsável pela introdução do escravismo africano em larga escala: foi «o açúcar quem matou o índio», afirmou em *Casa-grande* (Freyre 2006: 186).

Para Freyre, a monocultura da cana-de-açúcar e a escravidão se integram, com consequências de toda ordem. O geógrafo José Marcos Froehlich (2000: 7) observa que, se Freyre tivesse que «condicionar ou subordinar um elemento a outro, caberia à monocultura latifundiária a primazia, pois mesmo de fundamental importância, a escravidão só veio a se implantar em função desta monocultura açucareira».

Freyre deixa claro, em *Casa-grande*, a centralidade do latifúndio e da monocultura e suas consequências, inclusive a fome: «[...] a deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido e suprido, através do esforço agrícola regular e sistemático. Na formação de nossa sociedade, o mau regime alimentar decorre da monocultura [...]» (Freyre 2006: 49).

A crítica à monocultura não impede o elogio aos portugueses como os introdutores da agricultura comercial em grande escala na América tropical. Freyre não deixa, porém, de criticá-los pela postura agressiva contra as matas tropicais. Os colonizadores teriam até utilizado técnicas indígenas de atear fogo à mata (coivara):

A adoção da coivara pelo agricultor português no Brasil ilustra até que ponto foi essa combinação nem sempre feliz de métodos. Devemo-nos mais uma vez recordar de que, embora o português, antes de seu contato com a América, já se entregasse à devastação de matas, ele aqui encontrou a devastação a fogo de florestas tropicais praticadas sistematicamente pelos indígenas. Método que adotou (Freyre 2006: 350).

A despeito da atenção em relação às matas tropicais e aos rios, bem como a crítica à destruição ambiental imposta pela monocultura, Freyre salienta em *Casa-grande* — e ainda mais nos textos posteriores — a tese segundo a qual nenhum outro colonizador europeu se adaptou «ecologicamente» aos trópicos tão bem quanto os portugueses. Esse assunto estará no coração da lusotropicologia, nos anos 1950 e 1960 — espécie de «ciência» que Freyre construiria a fim de estudar a adaptação dos ibéricos aos trópicos.

Interessa aqui ressaltar a tese de Freyre, fundamentada na ideia do «homem situado» (nos trópicos) como diferente, mas nunca inferior aos europeus das zonas temperadas. Por «homem situado», Freyre entende o clima e a geografia física em relação aos usos humanos no espaço e tempo, tema que conduziu a sua perspectiva de região, uma preocupação constante em toda sua vida intelectual.

Freyre atribuiu notável centralidade aos trópicos que, junto das tendências a mestiçagens trazidas pelos colonizadores ibéricos, constituiriam os fatores decisivos na formação do país: «com os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro» (Freyre 1937: 29).

Um de seus objetivos mais evidentes, nos anos 1930, foi contestar os determinismos raciais e climático-geográficos da geração anterior, ainda fortes na consciência média das elites letradas brasileiras do período, e que geraram um agudo pessimismo quanto ao futuro de um país tropical, em grande parte negro e mestiço.

Freyre buscou reabilitar, portanto, não os negros, os indígenas e os mestiços, mas também os trópicos, compreendidos como um espaço

privilegiado para a formação de uma civilização singular, caracterizada pelo «equilíbrio entre antagonismos» — ideia central em *Casa-grande* (Araújo 1994) — de forças opostas, como a natureza e a cultura, a violência e a harmonia, o Oriente e o Ocidente. Não existiria um «homem universal», mas sim «um homem» regionalmente constituído, como bem nota Ana Carolina dos Santos:

A centralidade do conceito de região em seu método ecológico tem como suposto a inexistência de uma natureza humana única, comum a todos os homens: os homens são regionalmente condicionados e sob a rubrica «regionalmente» entendamos cultural e naturalmente; portanto, não há um «Homem», uma ideia demasiadamente abstrata para a sociologia de Freyre, mas uma miríade de homens, tantos quantos as relações entre cultura e natureza puderem criar — existem, desse modo, homens situados regionalmente. Somente o «homem situado», em suas múltiplas e ricas relações com a natureza, com a técnica e com outros homens, daria pistas sobre o Homem, ou seja, são os regionalismos que informam o universal (2010: 169).

A ideia do homem regionalmente situado, herdeiro da cultura ibérica, alcança seu ápice em *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, publicado em 1937 como o quarto volume da Coleção Documentos Brasileiros, editada pela então prestigiosa José Olympio Editora, do Rio de Janeiro. A direção da referida Coleção, entre 1936 e 1938, coube ao próprio Gilberto Freyre que, àquela altura, aos 37 anos, gozava de considerável reputação intelectual.

O Nordeste de *Nordeste* correspondia a uma faixa litorânea que «vai do Recôncavo [baiano] ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco» (Freyre 1937: 22). *Nordeste* não é um livro de história da região, mas um projeto interdisciplinar que visa captar a paisagem local, fruto da atividade humana do colonizador, com suas plantas e animais. Para isso, mobiliza fontes e temas diversos, com grande atenção ao efeito destrutivo da monocultura.

A aristocracia do açúcar e seu correspondente inseparável, a escravidão africana, são apresentados como binômios indissociáveis, que fin-

caram fundas raízes nos trópicos: «o homem nobre, dono de engenho», argumenta o autor, imprimiu um aspecto «aristocrático, cavalheiresco, embora um aristocratismo, em certos pontos, mórbido, e um cavalheirismo às vezes sádico» (Freyre 1937: 11). Os signos aristocráticos se manifestam até nos animais que os colonizadores implantaram:

O cavalo dava ao aristocrata do açúcar, quando em movimento ou em ação, quase a mesma altura que lhe dava o alto da casa-grande nas horas de descanso. Para tal efeito, devia ser majestoso no porte e belo nas formas o cavalo do senhor (Freyre 1937: 88).

Freyre empenha-se em demonstrar como a implantação da grande lavoura canavieira e escravocrata utilizou-se das terras, das matas e das águas, substituindo os «bichos selvagens» por animais europeus, como bois e cavalos. Essa substituição lembra outra, humana, em que indígenas foram escravizados, exterminados, afugentados ou incorporados, e substituídos por novos habitantes, como os colonos europeus e os escravizados africanos: «Engenhos favorecidos por tudo: boas manchas de terra, boas águas, boas matas, o mar perto, Olinda perto, os índios longe» (Freyre 1937: 48).

A monocultura da cana-de-açúcar não comprometeu apenas as matas e os indígenas, mas também os rios, gerando em graves «desequilíbrios»:

O fato liga-se também à destruição das matas pelo fogo e pelo machado, em que tanto se excedeu a monocultura. Desapareceu assim aquela vegetação como que adstringente, das margens dos rios, que resistia às águas, tempo de chuva, não deixando que elas levassem o tutano das terras: conservando o húmus e a seiva do solo. As caraibeiras tiveram essa função útil às margens de alguns rios. Margens que se tornaram umas areias frouxas e incapazes de resistência quando esse arvoredado mais vigoroso do interior foi devastado (Freyre 1937: 44).

A percepção empática frente ao passado, ainda que crítica, é marcada pela filia em relação ao legado ibérico que, no plano local, se ma-

nifesta no olhar positivo em relação ao mundo da casa-grande, de seus personagens, de suas matas, de seus homens e mulheres, de seus bichos, de sua cozinha, de sua cultura.

Em *Sobrados e Mucambos*, volumoso livro publicado em 1936, apenas um ano antes de *Nordeste*, Freyre aborda o declínio do «patriarcalismo rural», que ele considerava criador e criativo, legítimo herdeiro da velha civilização herdada da Península Ibérica, também ela em decadência. O «patriarcalismo urbano», que substituíra o rural, alterou os modos de ser: bebia-se «cerveja e comia-se pão como um inglês», e tudo o que era «português ou oriental» transformava-se em «mau gosto» (Freyre 1990: 336).

A modernização que ia se enraizando, em substituição paulatina ao «*mundo que o português criou*» — título de um livro publicado em 1940 — implicou na radicalização sem precedentes da destruição das matas tropicais:

[...] [o] canavial hoje tão nosso, tão da paisagem desta sub-região do Nordeste que um tanto ironicamente se chama «a Zona da Mata», entrou aqui como um conquistador em terra inimiga: matando as árvores, secando o mato, afugentando e destruindo os animais e até os índios, querendo para si toda a força da terra (Freyre 1937: 63).

Esse «estado de guerra» contra a natureza teria impedido a formação de relações «líricas» entre o homem e a mata:

Com esse estado de guerra entre o homem e a mata, que foi aqui tão franco, não puderam desenvolver-se entre os dois aquelas relações líricas, aquele sistema meio misterioso de proteção recíproca entre o homem e a natureza, aquele amor profundo do homem pela árvore (Freyre 1937: 68).

Se Freyre rompeu com os determinismos científicistas, acalentava nítidos laivos românticos, como a citação sugere. Seja como for, o autor evoca as «relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a ou-

tros» (Freyre 1937: 68). A colonização portuguesa, para Freyre, foi definida pela cana-de-açúcar, uma planta não nativa da América, mas que só cresce em climas quentes e úmidos, como a Zona da Mata nordestina:

É claro que o triunfo do açúcar no extremo Nordeste foi favorecido por um grupo de circunstâncias, e não por um elemento só: pela proximidade da Europa como pelo contato fácil com a África, fornecedora de escravos; pela qualidade do elemento colonizador europeu — a parentela de Duarte Coelho e de dona Beatriz, gente boa e sã, habituada à vida rural e ao trabalho agrícola [...] (Freyre 1937: 26).

Como vimos, desde os anos 1920, Gilberto Freyre manifestava um renitente incômodo com a padronização que a modernidade ocidental impunha ao Brasil, com suas tonalidades «cinzas», suas árvores importadas, seus jardins ingleses, seus enlatados, dissolvendo as «cores vivas» dos casarões de outrora, as ruas singulares da cidade velha, a doçaria antiga. Em *Nordeste*, o autor retoma essa argumentação em defesa do passado «aristocrático», quando senhores de engenho mandavam, identificados como melhores que os «ricaços» estrangeirados do presente:

O Recife que chegou a ser, com os senhores de engenho dirigindo a província, um verdadeiro centro de cultura intelectual e artística, onde o estrangeiro sofisticado se sentia melhor do que no Rio — é o depoimento de Burke, pelo menos — vai se achatando entre as cidades mais inexpressivas da República, com os ricaços morando em palacetes normandos e chalés suíços, com as igrejas velhas do tempo da colonização transformadas em igrejas góticas, com as ruas e os parques sombreados de *fico benjamim* e de eucalipto ou enfeitados de vitória-régia do Amazonas. Desapareceu do Recife todo o sentimento de expressão regional que chegou a ter como poucas cidades na América (Freyre 1937: 193).

O sentido regionalista e preservacionista conduziu Freyre ao debate em torno das questões ecológicas, com ênfase na crítica ao «drama da

monocultura», que queimou florestas inteiras, com sua fome de terras, não para produzir alimentos, mas para gerar açúcar com destino ao porto:

Poucas dessas madeiras foram utilmente aproveitadas para trave de casa-grande, roda-d'água de engenho, carro de boi. Grande parte foi a coivara que simplesmente desmanchou em monturo; foram as fornalhas de engenho que engoliram; os portugueses que levaram para construir navio e porta de convento em Portugal. [...] A cana começou a reinar sozinha sobre léguas e léguas de terras avermelhadas pela coivara. Devastadas pelo fogo.

Não que a cana fosse aqui um intruso ou um indesejável [...]. Ao contrário: a cana é um dos casos de transplantação mais felizes. [...]. O drama que se passou e se passa ainda no Nordeste não veio do fato da introdução da cana, mas do exclusivismo brutal em que, por ganância de lucro [...] (Freyre 1937: 66).

Ao afirmar a continuidade do «drama», o autor buscou registrar o engajamento no presente, que marca toda sua obra, como um intelectual atento aos debates e polêmicas de seu tempo. Ricardo Benzaquem de Araújo (1994), em referência que é de *Casa-grande* mas bastante válida para *Nordeste*, afirma que Freyre «sempre dispôs sua reflexão em uma linha de ação, de questionamento e de intervenção nos problemas de sua época, interessado em distanciar-se de uma história «necrófila», voltada apenas ao estudo erudito do passado, como um fim em si mesmo (1994: 201-206).

Nesse sentido, o «drama da monocultura» é percepção que integra passado e presente, mas diferenciando-os, consciente das continuidades e rupturas. Para Freyre, a monocultura da cana — e não a atividade açucareira em si mesma — impôs relações sociais e ambientais marcadas pelo signo da destruição: das matas, dos rios, dos indígenas.

Os «desequilíbrios» da monocultura remontariam, portanto, ao período colonial, mas as questões ambientais teriam se agravado consideravelmente com a modernização da indústria açucareira promovida pelos usineiros nas décadas anteriores, que teria levado à piora das condições de vida dos trabalhadores, cujo cotidiano se deteriorara quando comparado à labuta nos antigos engenhos. Apesar da escravi-

dão, haveria um senso de comunidade destruído pela impessoalidade burguesa do mercado.

A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem. Da assistência ao escravo — assistência social, moral, religiosa, e até médica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com toda a massa negra) — quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, em uma ou em outra usina de senhor menos ausente do campo (Freyre 1937: 189).

Se a leitura é crítica em relação aos usineiros, Freyre assume uma perspectiva edulcorada da escravidão ibérica e católica nos trópicos, que, para ele, teria sido muito menos hostil do que o escravismo britânico no sul dos Estados Unidos, tese que, à época, gozava de certa respeitabilidade.

Embora Freyre criticasse a monocultura colonial pelos efeitos destrutivos, o que de fato incomodava ao autor eram as modernas usinas de açúcar que, nas últimas décadas, vinham substituindo os antigos engenhos. Os grandes produtores de açúcar de Pernambuco conseguiram modernizar a produção. O pesquisador norte-americano Thomas Rogers (2017) observa que, ao longo das primeiras décadas do século xx, a indústria açucareira passou por um intenso processo de modernização produtiva, com o estabelecimento das usinas. Esse fenômeno acabou por absorver muitos dos pequenos ou decadentes engenhos,<sup>7</sup> o que levou à ruína parte considerável dos antigos senhores, muitos deles descendentes de famílias coloniais.

<sup>7</sup> Não confundir com minifúndios. A maioria dos engenhos, mesmo quando decadentes, eram latifúndios, embora menores que as gigantescas áreas de terras reunidas pelas modernas usinas de açúcar nas primeiras décadas do século xx.

Dos anos 1880 a 1910, surgiram mais de sessenta usinas na zona do açúcar em Pernambuco. Pequenos estabelecimentos continuaram a proliferar — em 1914 Pernambuco ainda tinha nada menos que 2788 deles, mas quase todos insignificantes, pouco produtivos e alguns mesmo já paralisados (2017: 153).

Entre fins do século XIX e meados dos anos 1930, a rede ferroviária pernambucana chegou a mais de 600 km de linhas, ligando as zonas produtoras ao porto do Recife (Eisenberg 1974: 54). As novas usinas, a concentração fundiária que ela gerou, além da expansão ferroviária, ativamente a economia açucareira, que resultaram em enorme impacto ambiental sobre a Zona da Mata, o que não escapou dos olhos atentos de Freyre. De acordo com um estudo de 1912, restavam intactos apenas 34% da Mata Atlântica (Costa Lima 1998: 12). Em meados da década de 1930 — quando Freyre escreveu *Nordeste* —, a devastação das matas e a poluição dos rios certamente eram muito maiores.

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório das caldas fedorentas de suas usinas. [...]

Quase não há um rio do Nordeste do canal que alguma usina de riqueza não tenha degradado em mictório. As casas já não dão a frente para a água dos rios: dão-lhe as costas com nojo. Dão-lhe o traseiro com desdém. As moças e os meninos já não tomam banho de rio: só banho de mar. Só os moleques e os cavalos se lavam hoje na água suja dos rios (Freyre 1937: 60).

Gilberto Freyre assumia uma leitura afetiva e emocional em relação às «moças» e aos «meninos» de outrora (e mesmo em relação aos antigos senhores de engenho dos velhos tempos). O discurso poético e afetivo de *Nordeste*, argumenta Regina Horta Duarte (2004), visava certa eficácia argumentativa, jogando luz sobre um Nordeste social e ambientalmente agredido, formado por uma multidão de

[...] rios: Beberibe, Jaboatão, Una, Serinhaém, Tambaí, Tibiri, Pacatuba, Madalena, Curado, Maçangana, «Valha-me Deus!», «Cá-me-vou». Multi-

dões de seres do rio e do mar: carapitangas, dourados, garoupas, siris, aguiúbas, vermelhos, camorins. Multidões de árvores: baraúnas, paus-d'arco, angelins, sucupiras, amarelos, visgueiros, angicos, paus-ferro. Multidões de bichos: raposas, guarás, guaxinins, cobras, morcegos, sabiás, sanhaços, curiós, almas-de-gato, pintassilgos [...] (2005: 132).

Nessa multidão de elementos da flora, da fauna e das águas, muitos deles de nomes indígenas, Freyre derrama um olhar terno aos velhos senhores de engenho, ao passo que, como vimos, dedicava páginas indignadas aos modernos usineiros, à elite nordestina contemporânea, endinheirada e modernizadora.

Em meio à crise e à perda de densidade econômica, o setor açucareiro nordestino dos anos 1930 dividia-se em dois: de um lado, os usineiros, mais modernos e capitalizados; de outro, os tradicionais senhores de engenho, em profunda crise. Freyre não hesita em posicionar-se ao lado dos velhos senhores.

O sistema de latifúndio moderno é o da usina: sua ânsia, a de «emendar» os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império; seu espírito, aquele militar, a que se já se fez referência, do senhor latifundiário dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca faltem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais, e das pessoas do açúcar.

Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens, e não a serviço da gente da região. O usineiro é, em geral, um deformado pelo império do açúcar (Freyre 1937: 75-76).

Desde os anos 1920, Freyre via beleza no velho mundo colonial edificado pelos portugueses no Brasil, ao perceber o passado em tom afetivo, em torno do qual ele organizou um discurso regionalista, sem nunca ser antinacional ou antibrasileiro (D'Andrea 1992), muito menos antiportuguês. Freyre parece lamentar a ruína da velha ordem patriarcal, substituída pela cupidez do moderno mercador.

Há nesta nova fase do desajustamento de relações entre a massa humana e o açúcar, entre a cana-de-açúcar e a natureza por ela degradada aos últimos extremos, uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura — acrescida agora do abandono do proletariado da cana à sua própria miséria, da ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho — que não se imagina o prolongamento de condições tão artificiais de vida. [...]

O açúcar da usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente de valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de — em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste [...] (Freyre 1937: 192-193).

O declínio do personalismo, do clientelismo e do familismo patriarcal teria implicado, segundo a argumentação de Freyre, na ampliação da distância em relação ao trabalhador, mas também no aumento da distância frente à natureza. A monocultura açucareira, que já era predatória, torna-se, pelo interesse econômico moderno, ainda mais violenta, percebe o autor, levando-o a considerar a modernização e a impessoalidade fundamentalmente negativas, pois intensifica a degradação social e ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nordeste*, o livro mais ecológico de Freyre, foi escrito sob uma perspectiva preservacionista, em que a ecologia é permeada pelas relações sociais e culturais. O autor não propõe parques que isolem as pessoas das matas e critica a indiferença dos colonos brancos em relação à natureza. Só os «caboclos» conheciam os nomes das árvores, das ervas ou dos animais silvestres, pois eles tinham autêntica relação com as matas. Já os colonos viviam em guerra com elas. Nem ao redor das casas havia árvores em abundância, como se elas fossem inimigas. Até as cidades eram mal arborizadas: «Essa distância entre o colono branco e a mata,

entre o dono de terra e a floresta, explica o nosso quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região, quando se trata de arborizar as ruas das cidades do litoral» (Freyre 1937: 70).

O olhar de Freyre é arguto, sensível e bem-informado para os padrões da época, atento às questões ecológicas como nenhum outro historiador ou pensador social brasileiro daquele momento. A argumentação freyreana não foi construída sob as premissas igualitárias da modernidade, nem sob as perspectivas ecológicas do moderno ambientalismo. A condenação social e ambiental das usinas ocorreu em linha com o elogio da antiga ordem patriarcal, ainda que o autor se aproprie criativamente da moderna sensibilidade ecológica, empregada como arma crítica em relação a dissolução do passado.

Freyre organiza com brilho uma espécie de «retórica da saudade», segundo expressão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), em que lamenta a perda de um passado que lhe soava grandioso, substituído por *business as usual*, com perdas culturais, sociais e ambientais. Poder-se-ia dizer, talvez com alguma injustiça, que, na falta de um presente promissor, insiste em um passado glorioso, feito, antes de mais nada, de memória:

[...] o regionalismo freyreano era um regionalismo de tipo novo, fruto da reorganização dos saberes, operada pela emergência da formação discursiva nacional popular. Seu regionalismo não é mera justificativa ideológica de um lugar social ameaçado, e sim uma nova forma de ver, de conhecer e de dizer a realidade, só possível com a emergência da nação, como o grande problema a ser respondido (1999: 101).

Se, por um lado, o tradicionalismo e o caráter de classe são inegáveis no discurso ambiental de Freyre, marcado pela «retórica da saudade» do *mundo que o português criou*, por outro, ele soube captar os efeitos perversos da modernização excludente e devastadora que a moderna agricultura comercial implicou. Fenômeno que continua atual no Brasil contemporâneo, pois quanto mais «moderno» e «norte-americano» o país fica, poder-se-ia dizer, freyreanamente, maior é a devastação social

e ambiental, agora não apenas pela cana-de-açúcar, mas também pela criação de gado e pela produção de soja em escala infinitamente maior do que aquela denunciada por Gilberto Freyre nos anos 1930.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste (1926). *A Província*, 33.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de (1999). *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (1994). *Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34.
- AZEVEDO, Neroaldo P. (1984). *Modernismo e Regionalismo: Os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba.
- BASTOS, Élide Rugai (2003). *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e o Alonso El Bueno*. Bauru: Edusc.
- BASTOS, Élide Rugai (2006). *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global.
- CHACÓN, Vamireh (1993). *Gilberto Freyre, uma biografia intelectual*. Recife; São Paulo: Editora Massangana; Companhia Editora Nacional.
- COSTA LIMA, Maria Lucia Ferreira da (1998). «A reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco: situação atual, ações e perspectivas». *CADERNOS da Reserva da Biosfera*, 12.
- D'ANDREA, Moema Selma (1992). *Tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura modernista*. Campinas: Editora da Unicamp.
- DUARTE, Regina Horta (2005) «Com açúcar, com afeto: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre». *Tempo*, 10, 19.
- DIMAS, Antônio (2011). «Gilberto Freyre e Fidelino de Figueiredo». *Navegações*, 4, 2.
- EISENBERG, Peter (1974). *The Sugar Industry in Pernambuco: modernization without change, 1840-1910*. Berkeley: University of California Press.
- FREIRE, Gilberto ([1923] 1964). «Jardins para os trópicos». Gilberto Freyre. Retalhos de Jornais Velhos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FREIRE, Gilberto (1924). «O Recife e as Árvores». Recife: Diário de Pernambuco.
- FREIRE, Gilberto ([1925] 1964). «A propósito da devastação das nossas matas». Gilberto Freyre. Retalhos de Jornais Velhos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

- FREIRE, Gilberto ([1925] 1979) (Org.). *Livro do Nordeste*. Recife: Secretaria da Justiça/Arquivo Público Estadual.
- FREIRE, Gilberto (1926). «Nordeste Separatista?». *Diário de Pernambuco*, 71.
- FREIRE, Gilberto (1936). *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Schmidt.
- FREIRE, Gilberto ([1936] 1990). *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record.
- FREIRE, Gilberto (1937). *Nordeste: aspectos da paisagem da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FREIRE, Gilberto (1955). *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura: Os Cadernos de Cultura.
- FREIRE, Gilberto (1975). *Tempo morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- FREIRE, Gilberto (2006). *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- FROEHLICH, José Marcos (2000). «Gilberto Freyre, a história ambiental e a rurbanização». *História Ciências Saúde – Manguinhos*, 8, 2.
- GANIVET, Ángel (1898). *Idearium Español*. Granada: Tip. lit. vda. e hijos de Sabater.
- GIUCCI, Guillermo (2000). «Casa-grande & Senzala. História da recepção». *Remate de Males*, 20, 1.
- GONZÁLEZ-VELASCO, Pablo (2021). *Gilberto Freyre y España: la constante iberista en su vida y obra*. Programa de Doctorado en Ciencias Sociales – Línea Antropología. Universidad de Salamanca.
- LARRETA, Enrique Rodriguez; GIUCCI, Guillermo (2007). *Gilberto Freyre, uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro (1900-1936)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (2011). «Gilberto Freyre e a valorização da província». *Revista Sociedade e Estado*, 26, 1.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp.
- REZENDE, Antonio Paulo (1997). *(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: Fundarpe.
- ROGERS, Thomas D. (2017). *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
- SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos dos (2010). «Ecologias em disputas: a Ecologia de Gilberto Freyre e a Ecologia Humana da Escola de Chicago (1930-1940)». *Revista Urutáua*, 21.

- SCHNEIDER, Alberto Luiz (2012). «Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre». *História da Historiografia*, 1, 75-93.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz (2013). «Charles Boxer (contra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista». *Estudos Históricos*, 26, 253-273.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz (2020). «Iberismo, tradição e mestiçagem: a defesa do Nordeste brasileiro antigo no primeiro Gilberto Freyre (1920-1940)». *Revista de Estudios Brasileños*, 7, 169-185.
- VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André (2020). *Mestiça cientificidade: três leitores franceses de Gilberto Freyre e a sua máxima consagração no exterior*. Niterói: Eduff.



Copyright © 2022. This document is under a Creative Commons Attribution-Noncommercial-No Derivative Works 3.0 Unported License. To see a copy of this license click here <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>.